

ausente pode perder os jetons

14 AGO 1985

JORNAL DA TARDE

VI Deputado

A denúncia da ausência de deputados e senadores nos trabalhos do Congresso começa a preocupar os políticos, que sentem suas imagens desgastadas perante a opinião pública. O editorial de segunda-feira passada do *Jornal da Tarde* criticando o esvaziamento dos plenários do Congresso, por exemplo, foi um dos temas abordados ontem na reunião do Conselho Político do governo, realizada no Palácio do Planalto sob a presidência de Ulysses Guimarães (veja editorial na página 4). O líder do governo, Pimenta da Veiga, junto com os demais integrantes da Aliança Democrática, foi o que mais se surpreendeu com "a violência do editorial", que condenava o pagamento de jetons a parlamentares que nunca aparecem no Congresso.

Na verdade, porém, os políticos demonstram agora maior disposição para sustar o pagamento desses jetons, numa tentativa de evitar as crescentes repercussões negativas, a exemplo do que já aconteceu no episódio dos deputados "pianistas", pegos em flagrante votando duplamente em plenário. Logo depois de reassumir a presidência da Câmara, na próxima reunião da Mesa, o deputado Ulysses Guimarães pretende submeter o problema dos jetons ao exame de seus integrantes, segundo informação prestada pelo vice-presidente da Câmara, deputado Carlos Wilson, ao sair de uma audiência com Ulysses.

Até a próxima semana, a Mesa da Câmara já deverá ter acatado a proposta do colégio de vice-líderes do PMDB de suspender o pagamento de jetons aos deputados ausentes das sessões, segundo previu ontem, em Porto Alegre, um dos autores da idéia, o deputado gaúcho Siegrid Heuser. Segundo ele, "o mínimo que a população espera de seus representantes é o comparecimento ao Congresso. O deputado tem a obrigação de cumprir com seus deveres parlamentares". Essa proposta determina que o parlamentar deverá comparecer de terça a quinta-feira na Câmara para a votação dos projetos, caso contrário não receberá o jeton correspondente.

A permanente falta de quórum facilitada pelo pagamento dos ausentes não está impedindo somente o funcionamento regular das sessões do Congresso, mas também o das suas comissões especiais e mistas, como o da Constituinte, que recebeu até agora uma única proposta de emenda, porque não existe nas duas Casas as assinaturas de 160 deputados e 23 senadores para sua apresentação. Até ontem, a secretaria da Comissão

Mista que examina a proposta do governo de convocação da Constituinte havia recebido apenas uma sugestão de emenda do deputado Marcelo Linhares (PDS-CE), estabelecendo que os deputados eleitos para a Constituinte sejam escolhidos pelo voto majoritário. ~~É ob óspatle só os itzé dragib m~~

Mas a falta de quorum não dificulta só as iniciativas individuais dos parlamentares. O deputado Genono Neto (PT-SP), por exemplo, acredita que o Partido dos Trabalhadores deverá conseguir assinaturas suficientes para garantir a apresentação de uma emenda, assim mesmo porque começou a colher-las há cerca de dois meses. "Mas faltam ainda as adesões de mais sete ou oito deputados", ressaltou ele. O PT pretende com essa emenda separar as eleições dos congressistas das eleições para escolha dos constituintes. O grande problema é que o prazo regimental para a apresentação da emenda termina na próxima sexta-feira, sem nenhuma possibilidade de prorrogação. E não há possibilidade regimental de apresentação de emendas no plenário, segundo esclareceu o presidente da Comissão Mista, deputado Flávio Bierrembach.

A suspensão do pagamento de jetons como recurso para corrigir essa atrofia dos trabalhos do Congresso foi elogiada pelo deputado federal gaúcho do PDT, Aldo Pinto, que acha a proposta excelente para agilizar e moralizar o funcionamento do legislativo.

O deputado elogiou também a atuação da imprensa, sublinhando que as cobranças "feitas pelos jornais estão servindo como pressão para que os parlamentares reformulem as decisões tomadas até agora".

O primeiro vice-presidente da Câmara, Humberto Souto, acredita que o ideal seria reformular a constituição e o regime interno de funcionamento do Congresso. Ele recorda que o expediente do jeton foi criado logo após o movimento de 1964 para compensar os congressistas desestimulados com o esvaziamento do Poder Legislativo. Mas nem todos estão de acordo. O vice-líder governista Fábio Lucena, por exemplo, entende que a solução seria restringir o trabalho da imprensa dentro do Congresso, porque acredita que existe uma campanha em curso com o objetivo de desmoralizar o Legislativo e que os jornais só publicam fotografias do plenário vazio. Por isso, ele quer que a direção da Casa aumente o controle sobre fotografias, filmagens e transmissões radiofônicas do plenário.